

DEMOCRACIA: UMA OPÇÃO PELA LIBERDADE*

DEMOCRACY: AN OPTION FOR FREEDOM

Cláudia Maria Rocha de Oliveira**

RESUMO:

A sociedade brasileira tem se confrontado com vários ataques à democracia. O pedido de intervenção militar, por parte de determinados grupos, por um lado, e de outro, a mobilização de vários âmbitos da sociedade e de coligações políticas em defesa da democracia demonstram que ela não é um bem adquirido. A democracia, enquanto direito fundamental, precisa e deve ser conquistada. Neste artigo, pretendemos discutir o que é democracia; procuraremos defender que mais do que uma forma de governo, trata-se de um direito fundamental inalienável, do qual não deveríamos pretender abrir mão. Em seguida apresentaremos a questão a respeito dos motivos que nos fazem pensar que ela estaria em risco. Ao que tudo indica, parece ser mais fácil deixar que outros decidam e governem por nós. O exercício da liberdade é exigente. Finalmente, procuraremos apontar alguns desafios com os quais nos vemos confrontados se pretendemos defender a democracia. Uma das perguntas fundamentais consiste na questão de como garantir uma educação para a liberdade capaz de nos tornar livres e, conseqüentemente, capazes de assumir a responsabilidade por nosso próprio destino.

PALAVRAS-CHAVE: democracia; liberdade; direito fundamental; educação; responsabilidade.

ABSTRACT:

Brazilian society has been confronted with several attacks on democracy. The request, on the part of certain groups, on the one hand, and on the other, the mobilization of various ambitions of political coalitions in defense of acquired democracy and intervention that it is not a good Democracy, as a fundamental right, must be conquered. In this article, we intend to discuss what democracy is, and we will try to defend it, but we will defend it as a form of government, and it will be treated as an inalienable fundamental right, which we should not pretend to open our eyes to. Then we present the reasons that make us think that she runs the risk of asking a question. It seems that it is easier to let others decide and govern for us. The exercise of freedom is demanding. Finally, we will try to point out some challenges with which we are faced and we intend to defend democracy. One of the fundamental questions is the question of how to guarantee an education for freedom capable of making us free and, consequently, able to assume responsibility for our own destiny.

KEYWORDS: democracy; freedom; fundamental rights; education; responsibility.

* Artigo recebido em 28/10/2022 e aprovado para publicação em 18/12/2022.

** Professora Adjunta do departamento de Filosofia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. Doutora em Filosofia pela Universidade Gregoriana. E-mail: claudiamroliveira@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos meses, por várias vezes, escutamos que as eleições de 2022, no Brasil, entrarão para a história como um momento decisivo para a democracia em nosso país. Temos assistido, após o resultado das urnas em trinta de outubro, manifestações com pedidos de intervenção militar e com contestação dos resultados do processo eleitoral. Por outro lado, antes do término do processo eleitoral, várias foram as manifestações, por parte da sociedade civil, em defesa da democracia. Como exemplo dessas manifestações gostaria aqui de recordar duas cartas: uma que surgiu a partir da iniciativa da Faculdade de Direito da USP e outra escrita por ex-reitores e ex-reitoras de Universidades Federais. A primeira, intitulada “Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito!”, foi amplamente divulgada, assinada por pessoas de várias partes do Brasil e ligadas às mais diversas instituições. Além disso, a carta foi lida em várias Universidades Federais como um ato simbólico de resistência e de defesa da democracia. Para ter presente o tom do manifesto, reproduzo aqui parte do texto:

Imbuídos do espírito cívico que lastreou a Carta aos Brasileiros de 1977 e reunidos no mesmo território livre do Largo de São Francisco, independentemente da preferência eleitoral ou partidária de cada um, clamamos as brasileiras e brasileiros a ficarem alertas na defesa da democracia e do respeito ao resultado das eleições. Em vigília cívica contra as tentativas de rupturas, bradamos de forma unânime: Estado Democrático de Direito Sempre!!!! (FACULDADE DE DIREITO, USP, 2022).

O segundo texto, cujo título é “Carta de Ex-Reitores e Ex-Reitoras de Universidades Federais pela Democracia e em Apoio à eleição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva”, também tem um tom de resistência e de defesa do sistema democrático. Nele, é lançado igualmente um alerta sobre o risco representado por tentativas de ruptura em relação à democracia. Vejamos, o que a carta diz:

Iniciamos esta carta sob uma atmosfera de ameaça, mas também de muita esperança. Diante de um contexto de ataques à nossa democracia e ao que conquistamos como Estado Democrático de Direito, é necessário, mais do que nunca, nos posicionarmos. Temos fé e confiança na possibilidade de uma grande aliança nacional, transpartidária, em torno de interesses comuns à maioria do nosso povo. Queremos a pluralidade de ideias e a tolerância de todos os credos, a civilidade e a solidariedade humana, e lutaremos pelo fim das perseguições e discriminações contra os que pensam de formas distintas e são diferentes. Queremos uma sociedade construída segundo os preceitos mais elevados da humanidade e com dirigentes

democraticamente escolhidos, capazes de valorizar a Educação, a Saúde, a Ciência, a Paz, sempre em defesa da Vida. (EX-REITORES, 2022).

O que podemos pensar a partir dessas manifestações? Gostaria de ressaltar aqui dois pontos que a meu ver são importantes: em primeiro lugar, ao que tudo indica a democracia está permanentemente em risco. Contudo, em determinados contextos históricos o risco se manifesta de modo mais acentuado. Essa realidade parece ser consequência, de um outro ponto importante que gostaria de ressaltar. Como explicita Jürgen Habermas (2003, p. 257-258), a democracia não é um dado. Ela não é algo pronto. Não é uma herança que pode ser transmitida de uma geração para a outra. A democracia é um projeto que devemos ser capazes de assumir, continuamente, como nosso, para que ele possa se realizar. Rosenfield defende, como Habermas, que a democracia é um projeto. Para ele, para que esse projeto se realize “depende basicamente de uma vontade política” (ROSENFELD, 1984, p.100). Portanto, sem vontade, sem empenho não conseguiremos realizar a democracia.

Diante dessa constatação, surge então a questão: mas por que deveríamos nos engajar no projeto democrático? Neste artigo, ao procurar esclarecer o que compreendemos por democracia, procuraremos mostrar porque devemos assumir o compromisso de realizá-la. Além disso, pretendemos indicar pelo menos um motivo que torna a democracia difícil de ser realizada. Finalmente, indicarei desafios que precisamos enfrentar se queremos efetivamente concretizar a democracia.

1 A DEMOCRACIA E A DIGNIDADE: VALORES INEGOCIÁVEIS

No texto *Cristianismo e democracia*, publicado em 1964, Jacques Maritain já dizia que a “tragédia das democracias modernas estava no fato de ainda não terem conseguido realizar a democracia” (MARITAIN, 1964, p. 33). Diante dessa afirmação é possível constatar que Maritain estabelece diferença entre o que chamamos de democracia do ponto de vista histórico, concreto e o que seja propriamente a “democracia”. Ao dirigir o olhar para os países que se declaram democráticos, o que ele diz é que os governos que afirmam assumir a democracia como forma de governo não conseguiram realizá-la efetivamente. Isso porque para ele, mais do que uma forma de governo, a democracia é um valor fundamental.

Ao seguir caminho semelhante ao de Maritain, Lima Vaz estabelece distinção entre democracia real e ideal democrático. Deve haver um esforço, um empenho da vontade para fazer com que esses dois polos possam ser aproximados. Lima Vaz assume essa posição num

texto publicado em 1985 e intitulado *Democracia e sociedade*. Contudo, naquele momento a situação parece ser oposta à que estamos vivendo. Parecia haver nítida convicção de que o sistema autoritário precisava ser superado e que isso implicava a necessidade de instituir uma forma democrática de governo. Vejamos o que o próprio Lima Vaz (1985, p. 5) diz a respeito:

O ciclo autoritário, sob cuja égide a sociedade brasileira conheceu profundas transformações, designadas usualmente com o termo abrangente e ambíguo de "modernização", toca aparentemente seu fim. Nesse momento a questão da democracia torna-se um tema privilegiado de reflexão para quem quer que se preocupe com o destino político do Brasil. Aceita-se, com efeito, como evidente, que a exaustão do ciclo autoritário só pode ser caracterizada como "transição democrática". Essa evidência repousa sobre o pressuposto inquestionável de que a democracia designa a forma mais alta de organização política a que pode aspirar uma sociedade e de que, em força dessa dialética dos opostos que rege o curso dos acontecimentos históricos, a forma autoritária só pode ceder lugar à forma democrática de governo.

Ora, se em 1985 o Brasil vivia um momento no qual a opção pela democracia parecia ser a única viável, hoje parece que o cenário mudou. O fantasma do autoritarismo, novamente, ganha forma e quer nos assombrar. Além disso, as manifestações em defesa pela democracia, representadas aqui pelas duas cartas citadas na introdução deste artigo, parecem colocar em relevo o que foi dito, há mais de quatro décadas, por Rosenfield, ou seja, que a realização do projeto democrático depende de uma vontade política. Isso nos faz entrever que a sua realização não se dá de modo natural. Isso porque, seguramente, há em curso o exercício de outras vontades políticas contrárias à realização do projeto democrático. Mas se existem vontades contrárias à democracia, por que devemos defender a democracia? Se a democracia não é algo que recebemos de herança, se ela não está dada, por que é que devemos assumi-la como projeto?

Uma curiosidade que vale a pena ser destacada é que, na atualidade, até mesmo governos autoritários parecem fazer questão de se autoproclamarem como democráticos. Surge, então, um fenômeno no mínimo paradoxal que são, do ponto de vista histórico, as "democracias autoritárias". Por que isso ocorre? Ao que tudo indica, até mesmo os governos autoritários, para serem reconhecidos como legítimos, precisam de se revestir com roupagem democrática. Mas, por quê?

A resposta a essa pergunta pode ser simples. A democracia precisa ser afirmada até como modelo assumido por sistemas autoritários porque mesmo que não esteja dada, não seja algo pronto, nas sociedades contemporâneas ela é mais do que um sistema político. Ela se constitui efetivamente como valor fundamental. Em consequência, mesmo um governo autoritário precisa se autoproclamar democrático para ter assegurada a sua legitimidade, o seu

reconhecimento. A democracia não é simplesmente uma forma de governo ao lado de outras. Ela é, para a cultura ocidental contemporânea, um valor inegociável. Exemplo disso é a sua incorporação como direito implícito afirmado por nossa Constituição Federal de 1988. Trata-se, portanto, de um direito do qual não podemos abrir mão. E todo tipo de posição contrária deve ser condenada como sendo algo que fere um direito inviolável.

Para Maritain, enquanto valor fundamental a democracia precisa ser pensada mais do que como simples forma de governo. Ela precisa ser assumida como estilo de vida que deve permear todas as nossas interações sociais. Nesse sentido, Maritain (1964, p. 41) diz que a democracia “designa de início e antes de tudo uma filosofia geral da *vida* humana e da vida política, bem como um estado de espírito”.

Mas, o que justifica a afirmação da democracia como valor fundamental? Por que ela deve ser pensada para além de um sistema de governo? Lima Vaz (1988, p. 11), no texto *Democracia e dignidade humana*, defende que democracia é no campo político expressão da noção ética de dignidade humana. Se nos recordarmos de Kant (2009), para ele o que funda a possibilidade da afirmação da dignidade é justamente a liberdade, a capacidade de autogoverno. O ser humano porque não é completamente determinado por leis heterônomas, mas sim por leis que ele mesmo se dá, tem valor absoluto, não tem um preço, possui dignidade. Em consequência, a democracia se apresenta como valor fundamental à medida que garante o exercício da liberdade. Entendida como governo do povo, para o povo e pelo povo, a democracia se apresenta como única possibilidade da autoafirmação das pessoas, como seres de dignidade, como livres, por meio da participação pública.

Contudo, ao confrontar o contextual atual, marcado por tentativas de ruptura com a ideia de democracia como valor fundamental inegociável, ficamos perplexos. Como pode haver movimentos atuais que ganham força e que exprimem vontade política contrária à concretização desse valor? Por que temos tanta dificuldade, ainda hoje, de realizar algo que é tão importante para a nossa própria afirmação como seres humanos? Por que somos contrários àquilo que pode garantir o exercício de nossa dignidade? Por que é necessário no contexto atual escrever cartas, fazer manifestações em defesa da democracia?

2 O EXIGENTE EXERCÍCIO DA LIBERDADE

A democracia se apresenta como caminho capaz de garantir a afirmação da nossa dignidade, isso porque ela é capaz de garantir as condições de possibilidade para o exercício

de nossa liberdade. Ir contra a democracia parece implicar ir contra nós mesmos. Nesse sentido, a democracia precisa ser defendida porque, ao conferir ao povo a prerrogativa de exercer a liberdade, ela o torna responsável pelo seu próprio destino. O contrário da democracia significa pensar o povo como submetido à vontade de um outro, como escravo.

Porque, então, a democracia está em risco?

Ao que tudo indica, preferimos, ou simplesmente nos acostumamos, a ser escravos. A democracia está em risco porque muitas vezes tememos a liberdade. Existe uma tensão entre liberalismo econômico e democracia. Para conseguir seus objetivos o mercado se apropria da noção de liberdade. Ele faz com que ela esteja cada vez mais ligada às noções de livre comércio e de indivíduo. Ser livre tornou-se sinônimo de fazer o que eu quiser, ou melhor, de fazer o que o mercado dita como sendo o meu querer.

O que soa contraditório, mas efetivamente marca nossa experiência, é o fato de que talvez a noção de liberdade seja hoje uma das noções mais usadas para justificar posturas autoritárias. É indiscutível que posturas autoritárias se revestem de roupagem democrática e procuram o tempo todo se apoiar em discursos sobre liberdade para conseguirem se legitimar. Em consequência, torna-se imperativo refletir sobre o que significa ser livre.

Ser livre é simplesmente fazer o que se quer sem nenhum impedimento externo? Durante a pandemia, ouvimos que “a liberdade é mais importante do que a vida”. Mas o que está por trás desse tipo de afirmação da liberdade? Ser livre é fazer o que eu tenho vontade, sem nenhum tipo de compromisso com a sociedade e com as pessoas que estão ao meu redor? Hobbes (2003), ao pensar o ser humano como ser movido por paixões, defendia que no estado de natureza cada indivíduo busca, exclusivamente, a própria satisfação de seus desejos. Inclusive, a felicidade nada mais é do que a sucessão de satisfação das próprias vontades. Nesse contexto, no qual o ser humano é pensado de um ponto de vista empírico-materialista, a liberdade nada mais é do que a ausência de impedimento externo à satisfação de desejos. Ser livre significa poder fazer o que eu quero, sem que nada nem ninguém possa atrapalhar os meus propósitos. Ora, o mercado parece ter se apropriado de uma noção de liberdade muito parecida com essa noção hobbesiana. Ser livre se converteu em fazer o que se quer, mesmo que isso implique colocar a vida de outras pessoas em risco, divulgar *fake news* e, até mesmo, cometer crimes.

Mas, se ser livre é fazer qualquer coisa que “me der na telha” não corremos o risco de voltar à barbárie? Esse tipo de conduta levado ao extremo não conduziria a sociedade a sua dissolução completa? Perspectivas como esta têm o condão de estimular a competição entre

os seres humanos e de nos fazer inimigos uns dos outros. A quem isso poderia servir? Aos interesses do próprio mercado que, sem dúvida, precisa de consumidores altamente manipuláveis.

Contudo, a noção de liberdade não deve e não pode ser absorvida numa perspectiva puramente econômica e empirista. Estamos diante de algo fundamental que precisa ser vivido em sentido próprio. Mas, qual a alternativa a essa noção vulgarizada de liberdade? Se olharmos para a tradição filosófica, a liberdade nem sempre foi pensada como ausência de impedimentos. A oposição que o senso comum estabelece entre liberdade e necessidade, como se fossem polos opostos, não pode ser assumida como válida, sem um exame cuidadoso do que seja propriamente ser livre.

A Ética clássica, por exemplo, define liberdade como ordenação da vontade ao bem. Livre não é quem faz o que quer, mas sim quem é capaz de realizar escolhas boas que tornam possível a realização no bem. Ao seguir essa perspectiva Maritain (1960) defende que um dos erros da modernidade foi afirmar que nascemos livres. Para ele, é possível dizer que nascemos dotados de livre-arbítrio, compreendido como sendo a capacidade de poder escolher entre bens particulares. Porém, a liberdade não está dada. Ela precisa ser conquistada. Apenas quem aprende a escolher bem conquista progressivamente a liberdade. Portanto, a liberdade é algo exigente que supõe esforço e compromisso com o Bem. Em consequência, ser livre é muito diferente de qualquer tipo de ação motivada por razões individualistas que não estão ancoradas em nenhum tipo de compromisso com a sociedade.

Kant (2009), por sua vez, também não desvincula o conceito de liberdade do conceito de obrigação. Para ele, ser livre significa ser capaz de agir conforme ao dever. A obrigação moral, válida para os seres humanos justamente por não serem puramente racionais, é expressa na fórmula de um imperativo apodítico que exprime uma necessidade incondicional. Trata-se da necessidade de avaliar se é possível querer que a máxima que guia minha ação pode se tornar lei universal. Nesse caso, o que está em jogo é a ligação de um querer subjetivo à vontade de todo ser racional. A obrigação que exprime a necessidade dessa ligação, ou seja, da conformidade do meu querer subjetivo a um querer objetivo, encontra sua condição de possibilidade na ideia de liberdade. Portanto, liberdade é muito mais do que ser capaz de satisfazer desejos subjetivos. Ser livre é ser capaz de agir como um ser que tem valor absoluto, que não tem um preço, mas que possui dignidade.

Embora Kant não considere a questão das consequências da ação, hoje podemos dizer que apenas é livre quem é capaz de responder, diante do outro, por seus próprios atos. Uma

concepção de liberdade mais distanciada da noção de livre mercado nos leva a pensar a liberdade não como a simples capacidade de exercer os próprios desejos sem restrição, desejos esses na sua grande maioria impostos pelo mercado, mas como capacidade de agir orientada por escolhas deliberadas, como capacidade de assumir responsabilidade.

Mas, se liberdade não é sinônimo de exercer desejos, liberdade é algo muito mais exigente do que ter o direito de agir sem que se coloquem restrições à minha vontade. Liberdade é um direito, mas a ela estão vinculadas também obrigações. Em consequência, por trás da dificuldade de realizar concretamente a democracia se esconde um triste dado. Temos dificuldade de ser livres. Preferimos ser escravos. Não damos conta de responder diante de um outro pelos nossos atos. Não damos conta de assumir a responsabilidade pelas consequências de nossas ações. Basta ver nossas pequenas experiências. Quando erramos temos a tendência de justificar atribuindo responsabilidade a um outro.

Essa dificuldade de ser livre se revela nas nossas relações cotidianas. Um exemplo são nossas relações de trabalho. Quando somos empregados, na maioria das vezes preferimos seguir ordens. Não estamos acostumados a desenvolver processos por nós mesmos. Ao obedecer a um comando, se algo der errado, fica mais fácil transferir a responsabilidade. Basta recordar dos depoimentos no julgamento em Nuremberg. Estavam todos seguindo ordem.

Nesse contexto, os bons líderes parecem ser aqueles que mandam e que assumem a responsabilidade por nós. Quando temos líderes que procuram tomar decisões coletivas, ancoradas em processos de formação da opinião e da vontade, líderes capazes de distribuir responsabilidade, escutar as várias vozes... tendemos a considerá-los frágeis. A falta de autoridade impositiva de um líder costuma fazer com que nos sintamos inseguros. Isso porque tememos a liberdade.

O exemplo pretende ilustrar o fato de que parece haver uma estrutura autoritária enraizada no nosso contexto social. E nós temos grande dificuldade de nos livrar dessa estrutura autoritária. Ser livre, como disse antes, é ser capaz de assumir responsabilidade pelas próprias ações. E isso não é simples, nem fácil.

Do ponto de vista social, ainda não conseguimos nos libertar das relações de mando e obediência, estabelecidas de modo hierárquico. Para que a democracia se realize é necessário que relações de mando e obediência sejam constituídas de modo horizontal. Todos devem ser capazes de mandar e, ao mesmo tempo, de obedecer. Na democracia, não pode haver submissão à vontade de outrem, mas exercício efetivo da liberdade, entendida como

capacidade de assumir responsabilidade. E assumir responsabilidade significa ser capaz de responder pelas próprias ações, diante de um outro. Essa noção de liberdade é incompatível com a noção de livre mercado. O liberalismo econômico leva os cidadãos a pensarem a sua relação com o Estado como relação de quem apenas tem o direito de reivindicar prestações. O modelo seguido é aquele das relações de consumo. Contudo, o discurso reivindicatório se revela problemático. Ele está ancorado na relação horizontal de mando e obediência. Ele revela a submissão do povo — que deveria ser detentor do poder — ao poder do Estado. Isso não é democracia.

3 DESAFIOS PARA REALIZAR A DEMOCRACIA

A liberdade supõe uma concepção antropológica que está para além da visão de ser humano como mero indivíduo, sujeito de carências e necessidades. Não somos seres solitários, disputando com os outros a possibilidade de realização de nossos interesses. A concepção de ser humano que está ancorada numa perspectiva individualista parece pouco apta para nos orientar na direção da realização da democracia como direito fundamental. Ao contrário, somos seres que apenas constituímos nossa identidade na relação com os outros. O outro não é uma ameaça, mas alguém que faz com que eu possa ser eu mesmo. Nesse sentido, se quero me realizar como sujeito preciso caminhar com os outros que, apesar de diferentes de mim, podem me ajudar a descobrir quais são os caminhos mais adequados para a realização no bem. Logo, se queremos realizar o projeto democrático, um primeiro desafio que devemos enfrentar consiste em substituir uma visão puramente empírica e atomizada de ser humano por uma antropologia que pense o ser humano como um ser que possui uma unidade constitutiva, a partir da qual ele é o responsável pelo seu destino e por suas ações, mas que ao mesmo tempo afirme o ser humano como ser que só é na relação com o mundo, com os outros e com a transcendência.

Além disso, no campo político, o que deve legitimar o poder é a vontade do povo e não grandes interesses econômicos. Por isso, para poder realizar a democracia torna-se indispensável superar a noção de liberdade que está associada à noção de livre mercado. Mas, como? A educação poderia ser um caminho?

Para que a educação possa contribuir para a realização do projeto democrático, a formação não pode estar a serviço do mercado, mas, sim, a serviço da pessoa. A questão é,

então, a seguinte: como garantir uma formação que nos torne capazes de liberdade? Disso parece depender a realização do projeto democrático.

Habermas (2003), a partir de Kolberg, pensa em estágios de formação da vontade. Para ele apenas é capaz de liberdade em sentido pleno, ou seja, capaz de autonomia, quem é capaz de se colocar no lugar do outro. Para realizar esse exercício é necessário, antes de tudo, saber escutar. Formar para a liberdade implica desenvolver nas pessoas a capacidade de diálogo, e diálogo só existe se somos capazes de conferir atenção ao outro, de escutá-lo. A atitude de participante torna-se, portanto, indispensável. Ao adotar atitude comunicativa torno-me capaz de escutar o meu interlocutor, de me posicionar diante daquilo que ele diz e ainda de ter que rever as minhas próprias posições a partir de seus questionamentos.

Porém, vivemos tempos de polaridade social. As pessoas querem escutar apenas a própria voz. Os filtros existentes nas redes de comunicação impedem que as pessoas possam ter uma linguagem comum, ponto de partida de conversas e debates. Vivemos em bolhas que nos isolam capaz vez mais e nos impedem de conversar francamente com quem pensa diferente de nós. Cresce a defesa de visões conservadores e fundamentalistas avessas ao diálogo. Essas estruturas ajudam a manter a sociedade de privilégios e impedem que haja o fortalecimento da esfera pública e a conquista coletiva de direitos. Quem ganha com isso é o mercado, que controla cada dia mais nossa vida e nossa consciência.

Por isso, uma educação para a liberdade supõe uma formação que nos torne capazes de ir além dos interesses do mercado, que nos faz crer que ser livre é poder fazer tudo que eu quero sem impedimentos externos. Uma educação para a liberdade, portanto, deve tornar possível que cada um de nós seja capaz de autogoverno e, conseqüentemente, de contribuir para o governo da *res publica*. Uma formação para a liberdade está, portanto, diretamente relacionada com a ideia de formação integral que considera o ser humano não como mero sujeito de carências e necessidades, mas também e, principalmente, como ser espiritual que vive e se realiza com os outros, no mundo.

Um terceiro desafio que gostaria de apontar aqui está relacionado à questão da economia. Formar para a liberdade implica resistir às imposições do mercado. Implica romper com a submissão da política aos interesses econômicos. Implica romper com a sociedade de privilégios e constituir e garantir direitos iguais. Os privilégios reforçam relações de mando e obediência e relações de dependência de uns em relação aos outros. Manda quem tem privilégios, obedece de modo agradecido aqueles que veem na obediência a possibilidade de

garantia da própria sobrevivência. Uma sociedade regulada assim está longe que realizar o projeto democrático. Mas, como submeter novamente a economia às regras da política?

Para Habermas, o direito legítimo é capaz de criar as condições necessárias que tornem possível a formação da vontade autônoma, portanto as condições para o exercício concreto da liberdade. Porém, enquanto os ordenamentos jurídicos concretos não conseguem ainda exercer essa função de garantir a participação política de todos os cidadãos no debate público, tornando possível um disciplinamento da economia a partir de determinações políticas conquistadas por meio da livre participação de todos, o que podemos fazer?

Talvez as cartas às quais fiz referência aqui nos deem uma pista. Se queremos ver respeitada a dignidade de cada pessoa humana, precisamos resistir. Isso significa protestar contra estruturas totalitárias, nos organizar contra elas, fazer exercício contínuo para romper com raízes totalitárias que permeiam o solo da nossa experiência diária. Mas como?

Diante dessas questões, infelizmente não tenho respostas para oferecer. Se queremos realizar o projeto democrático, estamos diante de um grande desafio. Da realização ou não do projeto democrático parece depender o destino da própria humanidade.

CONCLUSÃO

Neste artigo procuramos mostrar que a defesa da democracia está intimamente vinculada com a defesa da própria possibilidade do exercício da nossa liberdade e, conseqüentemente, com a garantia da afirmação da nossa dignidade. Contudo, se por um lado, é indiscutível que a possibilidade da afirmação do nosso valor como pessoas singulares e únicas está relacionada à conquista da liberdade, por outro lado, nos surpreende o fato de que parece ser mais fácil e mais confortável nos acostumar com a condição de escravos, e nos deixar determinar pela vontade de um outro. Isso coloca a democracia em risco e faz surgir a experiência da possibilidade de ruptura e de instauração de regimes autoritários. Em consequência, se Lima Vaz tiver razão, e a democracia puder ser vista como expressão política da noção ética de dignidade humana, precisamos aprender a ser livres se queremos continuar a afirmar a possibilidade de nos realizar humanamente. Eis o maior dos motivos para resistir, no contexto atual, a toda e qualquer pretensão autoritária. A democracia, portanto, continua a ser um projeto que merece e deve ser assumido com responsabilidade por cada um de nós. Sem liberdade não há democracia. Sem democracia corremos o risco de perder a própria dignidade.

REFERÊNCIAS

EX-REITORES E EX-REITORAS DE UNIVERSIDADES FEDERAIS. **Carta de Ex-Reitores e Ex-Reitoras de Universidades Federais pela Democracia e em Apoio à eleição do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. 17 ago. 2022. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Manifesto-ex-Reitores-e-Reitoras.170822.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2022.

FACULDADE DE DIREITO. **Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito!** USP, 2022. Disponível em: <https://direito.usp.br/noticia/3f8d6ff58f38-carta-as-brasileiras-e-aos-brasileiros-em-defesa-do-estado-democratico-de-direito>. Acesso em: 07 nov. 2022.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia entre facticidade e validade II**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**: ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. São Paulo: Discurso Editorial-Editora Bascarolla, 2009.

LIMA VAZ, H. C. Democracia e dignidade humana. **Síntese**, Revista de Filosofia, n. 44, p. 11-25, 1988.

LIMA VAZ, Henrique Cláudio de. Democracia e sociedade. **Síntese**, Revista de Filosofia, n. 33, p. 5-14, 1985.

MARITAIN, Jacques. **Cristianismo e democracia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1964.

MARITAIN, Jacques. **Princípios duma política humanista**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1960.

ROSENFELD, Denis L. **A questão da democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.